

MULHERES | Especial: março/2018

**Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
SINDSIFCE - SS - SINASEFE**



Filiado à CSP Conlutas • www.sindsifce.com.br • [facebook/sindsifce.sinasefe](https://facebook.com/sindsifce.sinasefe) • Telefone: (85) 3223.6370

MULHERES DE LUTA NO IFCE

Diretoria Colegiada

Mulheres do SINDSIFCE

Em um momento de duros ataques aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, o SINDSIFCE destaca, neste 8 de março, **Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras**, o importante papel que vem sendo cumprido pelas servidoras do IFCE, nos campi em todo o Ceará, na luta em defesa da educação pública e por direitos sociais. Neste boletim especial, convidamos servidoras para tratar sobre temas atuais relacionados à mulher, tais como o debate sobre raça e classe, as questões de gênero e sexualidade e o aumento do índice de violência contra a mulher em nosso estado.



Mulheres na luta nacional

Diante de tantos ataques promovidos pelo Governo Federal, as mulheres enfrentaram perdas ainda mais graves. A reforma trabalhista imposta por Temer e aprovada por um Congresso Nacional indiferente à realidade do povo brasileiro retirou direitos e trouxe consequências ainda piores para as trabalhadoras, que já enfrentam uma realidade difícil, marcada por salários menores que os dos homens, mesmo quando exercem o mesmo cargo, e por triplas jornadas de trabalho. Com a reforma, elas também passaram a contar com condições mais difíceis para buscar seus direitos na Justiça.

O congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, inclusive em saúde e educação, também traz consequências diretas para o IFCE e as mulheres de nossa comunidade acadêmica. Servidoras e estudantes passam a atuar em um Instituto com menos recursos para manter a qualidade da educação. Cortes de trabalhadoras terceirizadas, redução e paralisação de atividades como pesquisas e visitas técnicas são uma recorrente e preocupante realidade. Um contexto que prejudica diretamente os filhos e filhas das mulheres trabalhadoras, que dependem do Instituto para ter acesso à educação.

Contra o preconceito, o assédio e a violência

Outras grandes bandeiras de luta das servidoras é a igualdade de direitos, uma meta ainda distante em nossa sociedade, marcada por contrastes e disparidades em relação a homens e mulheres. Um exemplo claro é o próprio IFCE, em que as mulheres são minoria em cargos de direção e funções gratificadas.

A luta contra práticas de violência física e psicológica, contra o preconceito e o assédio moral também faz parte do dia a dia das servidoras. O SINDSIFCE lançou uma campanha contra o assédio moral, com material em todos os campi e um chamamento às servidoras e aos servidores, para que façam denúncias e não deixem passar nenhum caso. Mas falta uma melhor política de prevenção e combate a essas práticas em nossa instituição, inclusive com a realização de mais debates sobre o tema e com a definição de uma estrutura clara, a quem a servidora possa recorrer, caso venha a sofrer esse tipo de violência.

Em meio a tantos desafios, o SINDSIFCE parabeniza as mulheres de luta que constroem nossa instituição. Vivam as mulheres de luta! Viva a luta das mulheres, neste 8 de março e todos os dias!

NEGRAS, NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE



Cristiane Sousa

Professora no IFCE Campus Jaguaribe

Tatiana Paz

Professora no IFCE Campus Boa Viagem

Valéria Lourenço

Professora no IFCE Campus Crateús

A construção histórica do racismo brasileiro se deu por um processo de dominação política, econômica e cultural em que a população negra sofreu de forma sistemática um processo de exclusão de diferentes ordens. Se engana quem acredita que o racismo nos afeta apenas quando somos chamados de macacos, ou quando ridicularizam o nosso cabelo ou cor da pele. O racismo é estrutural e, por isso, através dele construiu-se um conjunto orquestral de barreiras sociais, econômicas e políticas para a população negra que marginalizou ou invisibilizou nossas religiões, produções culturais, nossas estéticas e também nossa produção intelectual.

Nós, mulheres negras brasileiras, somos fruto dessa história perversa de colonização que parece não ter tido

um fim. Afinal, após a dita abolição da escravidão, as mulheres negras libertas continuaram sob o jugo do racismo estrutural numa sociedade em que não possuíam nenhuma garantia de direitos à habitação, educação, saúde, etc. Do trabalho escravo, caminhamos para o trabalho doméstico, herança patriarcal e escravocrata. Ou seja, enquanto alguns grupos de mulheres lutavam para entrar no mercado de trabalho, nós já estávamos lá, mesmo que de forma muito precária.

Ao observar nossas realidades enquanto mulheres, percebemos que temos lutas semelhantes, como contra o machismo. Porém enquanto mulheres negras sabemos que as nossas opressões se atravessam a outras formas de exclusão. Mesmo diante desse sistema de opressão de gênero, raça e classe, o protagonismo da mulher negra impulsionou ações políticas e intelectuais importantes nas religiões, nos movimentos sociais, na educação, etc.

Como profissionais, sabemos que o trabalho intelectual é uma parte fundamental na luta antirracista. Para nós, o processo de inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, não mais como objeto de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento, está diretamente relacionado à luta contra o racismo. Nesse sentido, servidoras do IFCE, trabalhamos por uma educação plural, inclusiva que acolha a diferença, contemple a produção intelectual das populações negras e indígenas, e que nos liberte das imagens e posições que nos oprimem e nos colocam em lugares de subalternidade.

Importante salientar que o último concurso do IFCE, realizado em 2016, foi pioneiro quanto à inserção de ações afirmativas de reparação para grupos historicamente considerados subalternizados. Desse modo, podemos perceber que as cotas raciais foram responsáveis pelo aumento significativo na entrada de professoras e técnicas negras nos diversos campi do IFCE, em especial, os campi do interior. Desse modo, por vezes, em muitos campi, somos as primeiras professoras negras a fazer parte da Instituição.

E, lembrando-nos de que nossa história nunca foi individual, decidimos realizar a escrita desse texto de forma coletiva. Assim como nossas dores não são individuais, ao contrário, são parte de um grupo de mulheres que se encontram em diversos lugares do mundo no que se convencionou denominar de diáspora africana, nossas alegrias também precisam ser compartilhadas e comemoradas cotidianamente. Afinal, lembrando a poeta norte-americana Audre Lorde, é melhor escrever, tendo em vista que nem esperam que sobrevivêssemos.

QUESTÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE

Genni Dantas

Professora no IFCE Campus Crateús

Quando falamos sobre a questão da mulher, enquanto identidade da diferença, posta como subversão ao homem enquanto entidade universal, tendemos a compreendê-la como um grupo homogêneo, indistinto e possuidor das mesmas vivências ou de experiências semelhantes, porém, há diferentes vivências marcadas pela classe, pela raça ou pela identidade de gênero. Nessa perspectiva, ser mulher lésbica, bissexual ou transexual (LBT) é carregar uma série de reivindicações e experiências especificamente marcadas pela invisibilidade e violência, mas é também, sobretudo, expressar a diversidade das experiências do ser mulher.

Enquanto mulher lésbica, sempre tive minha sexualidade posta como marcador de minhas vivências, fosse ela reivindicada ou não por mim. Se por um lado minha sexualidade é fetichizada e posta como objeto de desejo exclusivo do homem, por outro ela é apagada, entendida como algo inexistente. A lesbofobia não se mostra apenas a partir da violência social, mas também das invisibilidades às quais somos sujeitas quando buscamos o atendimento em delegacias ao ser vítimas de relacionamentos abusivos, quando usamos serviços de saúde da mulher ou saúde sexual e nossas especificidades não são respeitadas, nem sequer compreendidas, ou conhecidas. Não precisar do homem enquanto figura afetiva, amorosa e sexual nos coloca em uma posição dúbia. Somos ao mesmo tempo a imagem da negação do homem e de sua dominação, mas pelo mesmo motivo somos entendidas como não detentoras de desejo sexual, ou possuidoras de uma "sexualidade incompleta".

Não obstante, as mulheres bissexuais também não estão livres da invisibilidade, tampouco das constantes fetichizações e hipersexualização de suas identidades. O caráter dúbio também se apresenta aqui. A bissexualidade é muitas vezes entendida como indecisão, confusão e, para além disso, como promiscuidade. Este imaginário que recai sobre a mulher bissexual advém da mesma lógica heteronormativa e patriarcal que põe as lésbicas como possuidoras de uma sexualidade desviante, raciocínio este muitas vezes também reproduzido dentro dos movimentos de combate às opressões. A lógica patriarcal faz com que pensemos nossos padrões de relacionamento a partir do monossexismo. Qualquer vivência que desvie desta lógica tende a ser compreendida como promís-

cua, nula, ou menos importante, seja frente à heterossexualidade ou a homossexualidade. O potencial revolucionário das mulheres bissexuais se mostra aqui como quebra dessas lógicas que nos acorrentam.

Embora a letra T sempre venha ao final da sigla que nos representa, o motivo de minha escolha por falar sobre mulheres transexuais apenas ao final deste texto é que a transexualidade, entendida como identidade de gênero, vai para além das questões de relações afetivas entre pares. Sabemos que as mulheres transexuais são alvo principal da violência e da ausência de amparo de políticas estatais de proteção à vida. Estas mulheres são alvo central de violências diversas, mas são também expressão direta das vivências afetivas e resistências cotidianas aos padrões de gênero e sexualidade impostos. Mulheres transexuais, que também são lésbicas, bissexuais, trazem em si a subversão do corpo, das expressões de gênero e são representação direta da multiplicidade do "ser mulher". Delas advém a resignificação das imposições de gênero que nos são impostas desde o nascimento e que viram marcadores da violência, que delimitam as identidades que estão postas e as que serão compreendidas como diferentes.

Se há uma construção do ser mulher, conforme afirma Simone de Beauvoir, defendemos que ela seja feita por nós mulheres, em nossa multiplicidade, num sistema que nos dê liberdade sobre nossas sexualidades. É preciso falar sobre as violências a que estamos expostas, porque de fato, estamos sendo mortas, violentadas, invisibilizadas. Mas é necessário conhecer, reconhecer e reafirmar o caráter modificador e revolucionário de nossas vivências, dentro das multiplicidades de nossas lutas organizadas, ou atomizadas, históricas ou cotidianas.



É PELA VIDA DAS MULHERES

Raquel Andrade

Advogada, servidora no IFCE Campus Fortaleza

Vivemos no estado que ocupa o 3º lugar no ranking das cidades nordestinas que mais violam fisicamente suas mulheres. Nesse mesmo Estado, a taxa de homicídios aumentou inacreditáveis 330% no mês de janeiro em relação a 2017. Em 2016, ocorreram 4,2 estupros por dia no Ceará. São números que, provavelmente, nem de perto, refletem a realidade da violência contra a mulher e mesmo assim, são alarmantes. Mas qual a causa de tanta violência? Como chegamos a esse ponto? A resposta é tão simples quanto a pergunta: somos machistas ou reproduzimos o machismo diariamente, desrespeitosamente. Vivemos numa sociedade onde o patriarcado dita as regras de convivência e de sobrevivência. E como vimos, estamos sobrevivendo à violência que, naturalizada, nos faz crer que matar mulher é normal.

Muitos dos casos de homicídios são noticiados e tratados pelo Estado com crimes "passionais". Quando uma mulher morre em decorrência de um crime passional, quem a matou não foi o ciúme, divórcio, a imposição de um "não", mas um criminoso, um assassino, que por algum motivo achou que tinha o poder de tirar a vida daquela mulher. E não! Ele não matou porque amava, ou motivado pela passionalidade. Um homem mata uma mulher porque ele é um assassino. Um assassino cuja arma "compreensível" usada no crime foi o machismo.

A punição (quando ocorre) deve ser a última resposta ao crime contra a mulher de qualquer natureza. Não há política pública eficiente que não ocorra de maneira preventiva e que seja construída pelo Estado em parceria com a sociedade civil. A proteção dos direitos da mulher deve ser efetivada, por óbvio, com a intensa participação das mulheres, pois são as principais interessadas no processo. Nenhum gestor, por melhor que seja, atuará em defesa da mulher, como a própria.

Além disso, é fundamental a intersecção entre todos, absolutamente todos os segmentos da sociedade com intenso direcionamento aos elementos basilares que formam qualquer identidade coletiva (educação, saúde, cultura, artes, etc.). Esta ferramenta, bem utilizada, poderá contri-

buir sobremaneira à mudança da cultura machista que consome nossas vidas.

A luta pela proteção dos direitos da mulher não cabe no conceito de minorias. É suprasetorial, já que a responsabilidade é de todas e todos. O machismo não surgiu nessa década, mas o feminismo tem tomado, nos últimos tempos, proporções significativas. Nós precisamos aproveitar esse momento em que o feminismo é ao menos pauta e intensificar a união e a luta entre nós, por nós. A desconstrução da violência cotidiana, sutil e repetitiva já é um bom começo. Outro bom caminho é começarmos a encarar a violência contra a mulher como algo que diz respeito a todas e todos (igreja, Estado, sociedade civil). Quando uma mulher morre, quem a matou foi não o machismo. Quem a matou fomos todos nós.



EXPEDIENTE: Esta publicação é de responsabilidade do SINDSIFCE. **Endereço:** Rua Aratuba, Nº01-A, Benfica - Fortaleza - CE. CEP: 60040-540. **Telefone:** (85) 3223.6370. **Fone/Fax:** (85) 3281.0209 | **Imagens, produção, redação e diagramação:** Setor de Comunicação | **Jornalista responsável:** Dalwton Moura - Mtb CE 01339JP | **Relações Públicas:** Camila Chaves - CONRRP/5 - 1780 | **DIRETORIA COLEGIADA** | **Coordenador Geral de Formação Política e Relações Sindicais:** Venício Soares | **Secretário de Política Sindical:** Rodrigo Santaella | **Secretário de Política de Pessoal:** Bárbara Diniz | **Secretário de Organização dos Campi:** Germana Vieira | **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Luiz Alcides | **Secretário de Finanças:** Roberto Araújo | **Secretário de Assuntos Jurídicos:** Moacir Caldas | **Coordenador Geral de Comunicação:** Josias Valentim | **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Jerciano Feijó | **Secretária de Assuntos Educacionais, Culturais e Desportivos:** Cristiane Oliveira | **Suplentes:** Abrahão Sampaio, Ítalo Lima, Hugo Victor. | **Secretárias:** Marcela Evangelista e Jucilene Borges | **Assessoria Jurídica:** Dr. Emerson Sátiro - Escritório Gomes & Uchôa.